

## Educação Inclusiva na Educação Profissional Tecnológica: uma proposta de produto educacional para a formação de professores

Marta Ferreira Abdala Mendes<sup>1</sup> 

Maryluci da Silva Ribeiro<sup>2</sup> 

### Resumo

Este estudo busca contribuir com o cenário desafiador da inclusão de pessoas com deficiência em escolas de Ensino Médio Integrado (EMI), a partir da apresentação do processo de elaboração de um produto educacional (PE) no formato de um guia educacional denominado: Contribuição para Formação Continuada dos Docentes da EPT Atuantes na Perspectiva Inclusiva, desenvolvido durante o curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT). A metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa, a partir de uma perspectiva exploratória de investigação do tema, aplicada na produção do guia, com o objetivo de contribuir para a formação integral dos professores atuantes no EMI, que trabalham na perspectiva inclusiva. Os procedimentos metodológicos foram divididos em dois momentos: o primeiro momento foi o levantamento da compreensão dos desafios e ações dos professores e o segundo momento foi a aplicação e avaliação do produto educacional. Para a elaboração e avaliação do guia, foram estabelecidos os seguintes parâmetros: conceitual, didático pedagógico, estético e funcional e comunicacional. Para isso, foram utilizados o estudo de Anjos, Rôças e Pereira (2019) como referência do método de análise livre de interpretação (ALI) das falas dos participantes da pesquisa e dos avaliadores. Os resultados apontaram que, pela análise da roda de conversa, o guia traz contribuições importantes para o conhecimento de toda comunidade escolar na formação de professores direcionada à qualidade do ensino na perspectiva inclusiva na medida em que possibilita despertar nos educadores novas atitudes que permitam atender às diferenças individuais dos estudantes.

**Palavras-chave:** inclusão; formação continuada; guia educacional.

## Inclusive Education in Technological Professional Education: a proposal for an educational product for teacher training

### Abstract

This study seeks to contribute to the challenging scenario of including people with disabilities in Integrated Secondary Education (IME) schools, by presenting the process of developing an educational product (EP) in the form of an educational guide called: Contribution to the Continuing Education of EFA Teachers Working in the Inclusive Perspective, developed in the master's program of the Graduate Program in Professional and Technological Education (PROFEPT). The methodology used was a qualitative approach, from an exploratory perspective of investigating the subject, applied to the production of the guide, with the aim of contributing to the comprehensive training of teachers working in EMI, who work from an inclusive perspective. The methodological procedures were divided into two stages: the first was a survey of teachers' understanding of the challenges and actions, and the second was the application and evaluation of the educational product. In order to prepare and evaluate the guide, we tried to establish the following parameters: conceptual, didactic, pedagogical, aesthetic, functional and communicational. To do this, we used the study by Anjos, Rôças and Pereira (2019) as a reference for the method of free analysis of interpretation (ALI) of the speeches of the research

<sup>1</sup> Doutora em História das Ciências, pela Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Professora no Instituto Federal do Rio de Janeiro – IFRJ. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5573-4317>. E-mail: [marta.mendes@ifrj.edu.br](mailto:marta.mendes@ifrj.edu.br).

<sup>2</sup> Mestra em Educação Profissional e Tecnológica, pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro – IFRJ. Professora na Secretaria Municipal de São Gonçalo – PMSG. Mesquita, Rio de Janeiro, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6781-8737>. E-mail: [maryluceriibeiro@gmail.com](mailto:maryluceriibeiro@gmail.com).

participants and the evaluators. The results showed that, according to the analysis of the conversation circle, the guide makes important contributions to the knowledge of the entire school community in teacher training aimed at quality teaching from an inclusive perspective, insofar as it makes it possible to awaken new attitudes in educators that allow them to attend to students' individual differences.

**Keywords:** inclusion; continuing training; educational guide.

## **La Educación Inclusiva en la Educación Profesional Tecnológica: una propuesta de producto educativo para la formación del profesorado**

### **Resumen**

Este estudio pretende contribuir al desafiante escenario de la inclusión de personas con discapacidad en las escuelas de Educación Secundaria Integrada (EPI), presentando el proceso de elaboración de un producto educativo (PE) en forma de guía didáctica denominada: Contribución a la Formación Continua del Profesorado de EFA que Trabaja desde una Perspectiva Inclusiva, elaborada en el marco del programa de Maestría en Educación Profesional y Tecnológica (PROFEPT). La metodología utilizada fue un enfoque cualitativo, desde una perspectiva exploratoria de investigación del tema, aplicada a la producción de la guía, con el objetivo de contribuir a la formación integral de los docentes de EMI que trabajan desde una perspectiva inclusiva. Los procedimientos metodológicos se dividieron en dos etapas: la primera consistió en relevar la comprensión de los docentes sobre sus desafíos y acciones, y la segunda en aplicar y evaluar el producto educativo. Para la elaboración y evaluación de la guía, se buscó establecer los siguientes parámetros: conceptual, didáctico, pedagógico, estético, funcional y comunicacional. Para ello, se tomó como referencia el estudio de Anjos, Rôças y Pereira (2019) para el método de análisis de interpretación libre (AIL) de las declaraciones de los participantes de la investigación y de los evaluadores. Los resultados indicaron que, a través del análisis de la mesa redonda, la guía realiza importantes contribuciones al conocimiento de toda la comunidad escolar en la formación docente orientada a la enseñanza de calidad desde una perspectiva inclusiva, en la medida en que permite despertar nuevas actitudes en los educadores que les permitan atender a las diferencias individuales de los alumnos.

**Palabras clave:** inclusión; formación continua; guía didáctica.

### **Introdução**

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem ganhado cada vez mais importância no cenário educacional, principalmente em um mundo em constante transformação e avanço tecnológico. O conceito de educação profissional e tecnológica engloba a formação de indivíduos para atuarem no mundo do trabalho, oferecendo conhecimentos técnicos e práticos para desenvolverem habilidades específicas em suas áreas de atuação (Kuenzer, 2014).

Como Frigotto e Araújo (2018) salientam, a perspectiva integrada omnilateral na EPT é uma abordagem que busca promover a formação integral dos indivíduos, considerando as dimensões biológicas, psicológicas, sociais, culturais e ambientais, que influenciam a construção do conhecimento e o desenvolvimento humano. Em concordância com Schreiber (2019), Pletsch e Glat (2012) e Mantoan (2015),

consideramos o papel importante da formação integral na promoção da educação para e na diversidade. Nesse contexto, os profissionais da educação também têm um papel importante. Faz-se necessário que estejam preparados para lidarem com a diversidade e promoverem um ambiente de aprendizagem inclusivo (Galvão Filho; Miranda, 2012). Ainda que os princípios da Educação Inclusiva sejam apresentados na formação inicial, destacamos a importância de o professor que atua na EPT se atualizar regularmente. Essa atualização pode ser ofertada, como destacam Martins, Silva e Sachinski (2020) e Cutrim e Lima (2017), pela formação em serviço, refletindo a prática e a experiência docente.

Com base nas considerações expostas, a partir de uma abordagem qualitativa, apresenta-se o desenvolvimento, aplicação e avaliação de um produto educacional (PE), no formato de um guia educacional, com o objetivo de contribuir para a formação integral dos professores atuantes no Ensino Médio Integrado (EMI) que trabalham na perspectiva inclusiva (Neves, 1996).

O Guia Educacional, intitulado Contribuição para Formação Continuada dos Docentes da Educação Profissional Tecnológica (EPT) atuantes na perspectiva inclusiva, é resultado da pesquisa realizada durante o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT- IFRJ - *campus* Mesquita).

Para a construção desse recurso pedagógico, foi necessário investigar, inicialmente, a natureza dos participantes da pesquisa, seus anseios e dúvidas em efetivar práticas inclusivas com o estudante incluso e dos dados gerados por meio dos diferentes instrumentos utilizados, como entrevista e o momento online de aplicação e avaliação do Guia.

## **A Educação Inclusiva na Educação Profissional Tecnológica**

A Educação Inclusiva é uma abordagem educacional que valoriza e respeita a diversidade humana, garantindo o acesso à educação de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas características pessoais, habilidades ou limitações. Essa abordagem, como salientam Pletsch e Glat (2012, p.195), tem uma importância fundamental na promoção da igualdade de oportunidades e no desenvolvimento pleno dos alunos, a partir da publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008). No entanto, como destaca Pletsch e Glat (2012), a escola como um todo precisa conhecer melhor

o que é a Educação Especial e o significado da inserção das pessoas com deficiência no ambiente escolar. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB):

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 1996).

Considerar que as escolas têm de oferecer educação de qualidade para todos não significa, apenas, admitir o acesso de todos às elas sem garantir o prosseguimento da escolaridade até o nível que cada aluno for capaz de atingir (Mantoan, 2015). Isso inclui oferecer estruturas físicas e pedagógicas para o acesso e permanência de todos os estudantes, sobretudo, a pessoa com deficiência. Como aponta Mantoan (2015), a inclusão exige uma mudança de perspectiva, na qual as diferenças são vistas como um enriquecimento e não como um obstáculo.

Um dos principais objetivos da Educação Inclusiva é garantir que todos os alunos tenham acesso à educação de qualidade, para que possam desenvolver todo o seu potencial. Nesse sentido, é necessário garantir um espaço democrático de inclusão por meio da Educação Especial, que propõe ajudar as pessoas com deficiência a aprenderem em igualdade com seus pares. Isso significa ofertar condições, apoio complementar quando preciso e mudanças atitudinais e físicas de permanência e continuidade desse aluno ao estudo, levando-o a autonomia e ao crescimento pessoal. Schreiber (2019) evidencia que a educação na perspectiva integrada omnilateral e o desenvolvimento humano da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como:

[...] um projeto de formação contra qualquer tipo de alienação, na qual todos os indivíduos, sem exceção, tenham efetiva oportunidade de se apropriar do saber científico, da cultura e da arte, para que compreendam a realidade social da qual fazem parte e para que possam participar de forma consciente e crítica na busca de sua transformação (Schreiber, 2019, p. 195).

Nesse sentido, Galvão Filho e Miranda (2012) destacam os pontos importantes no que tange à formação do professor que trabalha na perspectiva de Educação Inclusiva. Segundo os autores, para uma prática de inclusão é preciso uma formação pautada na valorização e no respeito à diversidade humana.

Essa abordagem busca garantir o acesso à educação de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas características pessoais, origem socioeconômica, etnia, gênero, orientação sexual, habilidades ou limitações. A

inclusão na educação é um processo que envolve a criação de ambientes escolares acolhedores e inclusivos, que dê oportunidade de permanência, reconhecimento e valorização à diversidade humana e promova a igualdade de oportunidades ao estudante incluso.

A escolarização de alunos com deficiência, Transtornos Espectro Autista e Altas Habilidades/Superdotação tem desafiado os espaços escolares a construir novas/outras lógicas de ensino (Martins; Silva; Sachinski, 2020). Os autores expõem a importância da Educação Inclusiva, o que implica em ter conhecimentos sobre as necessidades educacionais específicas, as estratégias de ensino diferenciadas, as adaptações curriculares e a utilização de recursos tecnológicos e pedagógicos que possam contribuir para a aprendizagem de todos os alunos. Além disso, os professores precisam estar instrumentalizados para acolherem a diversidade, respeitarem as diferenças individuais e a criarem um ambiente de aprendizagem inclusivo e acolhedor. Contudo, isso exige uma mudança de perspectiva, na qual as diferenças são vistas como um enriquecimento e não como um obstáculo.

Além disso, Cutrim e Lima (2017) evidenciam que a Educação Inclusiva deve garantir que todos os alunos sejam tratados com respeito e dignidade, independentemente de sua condição. Para que isso ocorra, é necessária a promoção da tolerância, do respeito mútuo e da compreensão entre os alunos, a fim de que convivam harmoniosamente e aprendam uns com os outros. A inclusão é importante para ultrapassar obstáculos que o estudante com deficiência encontra ao ser escolarizado.

Essa modalidade é um desafio que requer o engajamento de toda a comunidade escolar, incluindo diretores, professores, pais e alunos. É necessário que as escolas apoiem e promovam a formação continuada de seus profissionais, a fim de que eles possam adquirir as habilidades e competências necessárias para trabalhar com alunos com necessidades educacionais específicas. Como salientam Martins, Silva e Sachinski (2020), quando as escolas adotam uma abordagem inclusiva, promovem a igualdade de oportunidades, respeitando as diferenças individuais. Isso ajuda a combater a discriminação e a exclusão social, formando indivíduos mais conscientes e tolerantes. Outro benefício da Educação Inclusiva é a promoção da criatividade e a inovação na prática pedagógica.

A formação do professor deve levar em consideração a reflexão das particularidades de cada aluno, para que não sejam vistas como uma barreira à inserção de práticas inclusivas e, assim, esses estudantes sejam escolarizados e exerçam sua vida social. Portanto, a Educação Inclusiva é um conceito fundamental para promover a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade humana. É uma abordagem educacional que busca garantir a todos os alunos acesso à educação de qualidade, sendo tratados com respeito e dignidade. É um desafio que exige o compromisso de toda a comunidade escolar, que pode trazer resultados significativos para a vida dos alunos e da sociedade como um todo.

## **Metodologia**

A partir do referencial teórico, procurou-se definir os parâmetros para a elaboração e avaliação do produto educacional segundo o estudo de Mendonça *et al.* (2022). Para a elaboração e avaliação do guia, buscou-se estabelecer os seguintes parâmetros: conceitual, didático pedagógico, estético e funcional e comunicacional. Para isso, utilizou-se o estudo de Anjos, Rôças e Pereira (2019) como referência do método de análise livre de interpretação (ALI) para a interpretação das falas dos participantes da pesquisa e dos avaliadores. Os participantes da pesquisa foram sete professores que atuam no curso técnico integrado ao Ensino Médio na perspectiva da Educação Inclusiva no IFRJ e IFF, que aceitaram o convite enviado por e-mail. Toda pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa com seres humanos do IFRJ-Mesquita, com o CAAE59800522.8.0000.5268.

Os procedimentos metodológicos foram divididos em dois momentos: primeiro momento foi o levantamento da compreensão dos desafios e ações dos professores que aceitaram o convite e o segundo momento foi à aplicação e avaliação do guia, de forma remota, pelos professores que participaram da entrevista (primeiro momento) e convidados. O convite feito, via e-mail, para todos os docentes, porém, devido ao período de fechamento do ano letivo, obteve-se a resposta de seis professores do IFRJ (*campi* Duque de Caxias, Nilópolis, Pinheiral, Volta Redonda) e um professor do IFF (campus Macaé) apenas, confirmando a participação nessa primeira etapa. A entrevista ocorreu, de forma remota, com os professores que aceitaram participar em setembro de 2022, além de mais dois professores que atuam no Núcleo de Apoio à Pessoa com Necessidade Específica (NAPNE-IFRJ) e três professores convidados,

que atuam no curso técnico integrado ao Ensino Médio do IFRJ (segundo momento). Com as informações obtidas pela análise da entrevista, elaborou-se o produto educacional, no formato de guia educacional.

A entrevista (primeiro momento) foi realizada individualmente, via Google Meet, e gravada, com perguntas abertas e semiestruturadas. Como sinalizam Fraser e Gondim (2004, p. 139), a entrevista é considerada uma

“[...] forma de interação social que valoriza o uso da palavra, símbolo e signo privilegiados das relações humanas, por meio da qual os atores sociais constroem e procuram dar sentido à realidade que os cerca” (Fraser; Gondim, 2004, p. 139).

Assim, pela análise das respostas, entende-se com mais proximidade a realidade de cada docente participante da pesquisa. Tanto a aplicação do protótipo do guia quanto a avaliação do produto educacional ocorreram de forma remota. Após o momento da aplicação, ocorreu a avaliação do protótipo do guia por meio de uma roda de conversa seguindo o roteiro elaborado de acordo com o estudo de Mendonça *et al.* (2022), que considera 4 critérios: Conceitual, Didático-pedagógico, Estético e funcional e Comunicacional.

## **Resultados e Discussão**

Apresenta-se a análise das respostas dos participantes da pesquisa, tanto do primeiro momento, que foi a entrevista com os professores atuantes no curso técnico integrado ao Ensino Médio com estudantes inclusos, como a análise das respostas dos participantes da roda de conversa para a avaliação do guia.

### **Análise da entrevista: primeiro momento**

A entrevista seguiu um roteiro com dez perguntas abertas e semiestruturadas para que as respostas fossem as mais fiéis as suas realidades. Pela análise das respostas, realizada pelo método ALI (Anjos; Rôças; Pereira, 2019), destaca-se que cada experiência dos professores participantes é única, apresenta individualidades e opiniões diferenciadas sobre o olhar inclusivo. Porém, em todas as falas, percebe-se a complementariedade em algumas questões, pois, como apontam Anjos, Rôças e Pereira (2019, p. 30):

Compreendemos que há uma pesquisa mais refinada, sobre a qual partimos para uma reflexão acerca de uma análise interpretativa, que coloca a experiência humana, o empirismo e as subjetivações como uma forma autoral de imaginação, de análise e práticas socioeducacionais oriundas das

delimitações dadas aos objetos de pesquisa, sobretudo quando esse se revela na pesquisa do e no ensino de ciências no chão da escola (Anjos; Rôças; Pereira, 2019, p. 30).

Como orientam Anjos, Rôças e Pereira (2019), destaca-se que a mensagem comunicada pelos participantes da pesquisa nos permite interpretar o que foi dito a partir da perspectiva integrada omnilateral na educação. Essa perspectiva entende que a educação não se limita apenas ao desenvolvimento cognitivo, mas deve contemplar também o desenvolvimento físico, social, emocional dos indivíduos (autores da EPT que estão na introdução).

Procurou-se relacionar o entendimento da EPT crítica e estabelecer associação entre a prática e a reflexão sobre a Educação Inclusiva. A partir da análise das respostas, refletiu-se sobre como cada professor vivenciou um tipo de experiência em sua prática pedagógica e que o ideal ainda está longe do real quanto à formação de professores para a Educação Inclusiva. Evidenciamos que todos os participantes já tiveram alunos com deficiência em sala de aula e apontaram que esse cenário envolveu muitas dificuldades, pois não tiveram formação adequada para se sentirem encorajados a trabalhar na perspectiva inclusiva.

A primeira pergunta, “Qual disciplina você leciona para o EMI?”, foi importante para se ter noção das disciplinas ministradas pelos participantes. A segunda pergunta, “Você já teve a experiência de trabalhar com estudantes com deficiência em sua sala? Se sim, nos conte como foi?”, procurou mostrar se os participantes já haviam tido a experiência de trabalhar na perspectiva inclusiva. Destaca-se que todos os participantes tiveram essa experiência e muitas dificuldades de trabalhar na sala de aula com estudantes com deficiência.

Sobre a experiência dos professores com alunos com deficiência, Josso (2020) afirma ser relevante promover uma atitude autônoma na vida comunitária e considerar a interdependência dos alunos de forma geral. Com a terceira pergunta, “Houve, em sua formação inicial, alguma disciplina que tratasse da modalidade Educação Especial?”, procurou-se compreender o quanto os participantes tiveram contato com os pressupostos da Educação Especial. Costa, Figueiredo e Brazier (2022, p. 9) que destacam que:

É fundamental que a formação inicial do professor esteja conectada com a prática escolar, aliando a teoria à prática de forma interdisciplinar, relacionando os conteúdos. Afinal, as disciplinas cursadas na universidade devem ser articuladas, formando um todo, estabelecendo um diálogo entre



elas e com a realidade escolar em que o docente atua (Costa; Figueiredo; Brazier, 2022, p. 9).

Observou-se que sete respondentes já tiveram algum contato na formação inicial com disciplinas que tratavam de inclusão. No entanto, apontaram uma formação insuficiente, que não abarcava a demanda das deficiências que costumam receber nos Institutos Federais. Todos destacaram, ainda, que existe a necessidade de se ter uma formação em serviço que trate da deficiência mais atendida na Rede Federal Educação Profissional e Tecnológica. Pode-se concluir que a fala dos participantes vai ao encontro do que afirmam Glat e Pletsch (2004, p. 2) ao apontarem que os professores regulares não têm experiência com alunos com deficiência. Entretanto, as autoras destacam que a formação continuada em serviço para os professores que atuam com o estudante incluso é muito necessária para atender essa demanda educacional.

Com quarta pergunta, “Após sua formação inicial, você percebe que há formação continuada em serviço com a temática abordada?”, procurou-se identificar se conheciam um processo de formação profissional no trabalho (Della Fonte, 2018) sobre a temática estudada. Um aspecto crucial da formação continuada em serviço é a troca de experiências e de práticas inclusivas entre os professores, que visa promover um ambiente de aprendizado mais inclusivo e equitativo para todos os estudantes. É importante destacar que a formação continuada - de acordo com o Plano Nacional de Educação através do indicador 16B do Relatório do Segundo Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE, de 2015 e 2019 - deve proporcionar condições para que os professores possam se instrumentalizar a fim de melhorar o processo de ensino e aprendizagem em diversos sentidos, inclusive o processo de inclusão (Brasil, 2018).

Aliado a isso, não se pode deixar de valorizar o que Candau (1996, p. 143) salienta sobre o processo de formação continuada de professores: “[...] tem que ter como referência fundamental, o reconhecimento e a valorização do saber docente”. Pode-se destacar que, diante da autonomia contextualizada da profissão docente, a formação continuada deve ser incentivada para promover o desenvolvimento permanente destes profissionais numa perspectiva de formação que incentive a reflexão da prática e o próprio desenvolvimento profissional para que se tornem protagonistas na implementação de ações inclusivas. Como salienta Nóvoa (1992), é



preciso investir ativamente nos conhecimentos adquiridos pelos professores em seu cotidiano profissional, aliando teórica e conceito.

Cinco participantes da pesquisa relataram que, apesar de a inclusão do estudante com deficiência fazer parte das políticas públicas da Educação Básica (Brasil, 1996), a temática é pouco abordada e não tiveram conhecimento sobre oportunidades de formação em serviço. Porém dois participantes relataram que participaram de cursos sobre Educação Especial nos cursos de formação continuada em serviço nos *campi* nos quais atuam e que procuraram especialização sobre o tema. As respostas dos participantes coadunam com o que Almeida e Montino (2021) afirmam sobre como o professor deve estar preparado para atuar com a pessoa com deficiência na sala de aula, no sentido de contribuir com a inclusão dos alunos, bem como realizar seu trabalho com criticidade.

[...] na inclusão escolar os professores precisam se capacitar para uma melhor atuação com esses alunos que precisam de uma maneira diferenciada em sua formação, por esta razão que há a preocupação na melhoria da qualificação dos professores (Almeida; Montino, 2021, p. 5).

Com quinta pergunta, “Sabemos que a LDBEN garante a inclusão do estudante com deficiência na escola comum. No entanto, você percebe que há alguma ausência para uma completa inclusão deste estudante?”, procurou-se entender o que os participantes pensam sobre o quanto as pessoas com deficiência estão amparadas pelas Leis. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, (LBI - Lei n.º 13.146/15), no capítulo IV, afirma o direito à educação, com base na Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Desta maneira, faz-se necessário que a promoção de uma educação inclusiva de qualidade em todos os níveis de ensino, garantindo condições de acesso, permanência, participação e entre outros (Brasil, 2015). Todos os participantes da pesquisa relataram compreender que a Lei garante essa inclusão. Contudo, podemos relacionar a fala dos participantes com o que salienta Glat (2018) ao afirmar que a inclusão na escola ainda enfrenta desafios, pois nem todas as escolas estão preparadas, como orientam as políticas públicas, para receber o aluno com deficiência. Os motivos são desde a ausência de estrutura arquitetônica até a falta de recursos e, principalmente, mudanças atitudinais para compreensão de que a escola é um ambiente de todos e precisa ser acolhedora e inclusiva.

Com a sexta pergunta, “Qual a maior adversidade que percebeu ao trabalhar em uma turma com estudante com deficiência?”, procurou-se conhecer os desafios e cuidados que tiveram ao ministrar aulas para o estudante com deficiência. Percebeu-se que cinco participantes da pesquisa responderam existir entraves no processo de inclusão do estudante com deficiência nas suas instituições. Com as adversidades encontradas, destacam que há pouco aprofundamento pedagógico para realizar adaptações curriculares que atendam ao currículo do ensino politécnico e omnilateral e possa contribuir na formação desse estudante, tornando-o um sujeito capaz de mudanças sociais.

No entanto, identificou-se dois participantes os quais possuem o mesmo entendimento a respeito de não encontrarem nenhuma ausência de adversidade ao trabalhar na perspectiva inclusiva, relatando que, quando existe em suas turmas estudantes com deficiência, procuram conhecer sobre a especificidade e buscam a melhor maneira de realizarem adaptações curriculares para que esse estudante se sinta acolhido em todos os aspectos, permitindo uma melhor inclusão. Porém, afirmaram que a atualização ocorre, na maioria das vezes, por iniciativa particular de cada professor/a. Assim, compreende-se que o processo de formação continuada é de fundamental importância para minimizar as adversidades em trabalhar com o estudante incluso, pois considera a formação integral dos docentes em serviço (Almeida; Montino, 2021; Nóvoa, 1992).

Com a sétima pergunta, “Em algum momento você se sentiu sozinho ao ministrar aula para um estudante com deficiência? E como lidou com a situação?”, procurou-se perceber se, ao ministrar aulas inclusivas, houve algum momento que necessitou de auxílio. Todos os professores responderam que, em alguns momentos, se sentiram sozinhos ao ministrar aula para o estudante com deficiência, especialmente quando encontraram desafios inesperados. No entanto, buscaram apoio junto à equipe escolar, participaram de grupos de estudos e compartilharam suas experiências com outros professores e encontraram auxílio no NAPNE de seus *campi*. Essa troca de conhecimento e o suporte mútuo foram fundamentais para conseguirem lidar com a situação e encontrarem soluções efetivas.

Com a oitava pergunta, “Em seu dia a dia na escola, você tem a oportunidade de trocar experiências com seus pares sobre a Educação Especial?”, buscou-se entender se existe/existiu algum momento em que os professores dialogam entre si

sobre o atendimento do estudante com deficiência. Destaca-se que quatro participantes responderam ter tido a oportunidade de trocar suas experiências com seus pares sobre a Educação Especial, participaram de reuniões pedagógicas, encontros de formação e grupos de estudos, nos quais discutiram estratégias inclusivas para o compartilhamento de materiais e trocas desconhecimentos. Essa colaboração entre professores é valiosa e contribui para o aprimoramento da prática pedagógica. No entanto, três participantes responderam que um momento de troca, no dia a dia, fica muito prejudicado devido ao ritmo acelerado no cotidiano escolar. Esse momento, na maioria das vezes, ocorre no encontro em conversas informais na sala dos professores, no intervalo entre uma aula e outra.

Com a nona pergunta, “Como você percebe a inclusão do estudante com deficiência nos Institutos Federais (IFs)? Você percebe que estão preparados para o mundo do trabalho como todos os outros estudantes?”, procurou-se entender como o professor participante observa o processo de inclusão e se as práticas inclusivas ofertadas preparam esse estudante para suprir sobrevivência em sociedade.

Observou-se que todos os participantes concordam que a inclusão do estudante com deficiência nos IFs varia de acordo com cada instituição, pois alguns IFs têm curso de formação básica em Atendimento Educacional Especializado (AEE), aulas de reforço, com material didático adaptado, apoio aos alunos nas salas de aula, adaptação de material didático para estudantes, oferecendo suporte e adaptações necessárias.

No entanto, responderam que nem todos os IFs oferecem esse suporte ao estudante incluso, pois cada instituição possui uma estrutura diferenciada. É importante destacar que ainda há desafios a serem enfrentados. A inclusão plena envolve não apenas a adaptação física dos espaços, mas também a formação permanente dos professores, a promoção de uma cultura inclusiva e a valorização da diversidade (Glat, 2018).

Para uma completa inclusão, é necessário que todos os *campi* tenham estruturas unificadas para eliminar as barreiras de acessibilidade e melhor atender o aluno incluso.

Os desafios sinalizados pelos respondentes podem ser minimizados com a garantia de acessibilidade ao estudante com deficiência. Sobre as barreiras de acessibilidade, Sasaki (2020) reforça que, para a completa inclusão, é necessário

que existam seis dimensões de acessibilidade: 1) a arquitetônica; 2) a pedagógica; 3) a programática, 4) a instrumental, 5) a atitudinal e a 6) a comunicacional.

Com a décima pergunta, “Ajudaria em sua prática pedagógica se houvesse um instrumento de consulta que pudesse auxiliar no seu trabalho com esse estudante em específico?”, procurou-se perceber qual o tipo de ferramenta pode auxiliar no atendimento do estudante com deficiência na Rede Federal Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT). De acordo com Maekava (2020), os instrumentos de consulta podem apoiar a prática pedagógica junto aos alunos. Desta maneira, as orientações, estratégias e recursos pedagógicos, entre outros, podem ser a base para facilitar a organização das aulas pelo professor, bem como possibilitar a inserção de práticas inclusivas no meio ambiente escolar. Todos responderam que ajudaria muito se todos os profissionais e, principalmente, os professores pudessem estar mais preparados para exercer essa função, atendendo a real necessidade de cada educando. Esse entendimento reforça a importância da criação de um material, a proposta de um Guia, que possa servir de instrumento de consulta com proposições para a implantação e/ou até mesmo na consolidação do trabalho de inclusão no âmbito escolar. A fala dos participantes traz o que Miranda (2019, p. 36) destaca a respeito de instrumentos que colaborem com a formação docente: “[...] a educação inclusiva carece de mecanismos eficientes: As dificuldades no processo de inclusão de alunos com deficiência têm como um de seus fatores a falta de qualificação dos professores para atuar nessa área”.

A partir da análise das respostas dos participantes, pode-se afirmar a necessidade da formação continuada no que se refere à Educação Inclusiva, a fim de possibilitar aos professores condições de acesso a estratégias e apoio da equipe da escola, além de uma estrutura física que possa facilitar o convívio do estudante com deficiência no ambiente escolar. Outra questão observada é que os professores participantes sentem que seria muito importante ter um mediador em sala diretamente com o estudante com deficiência, pois, dessa maneira, ocorreria uma atenção dispensada exclusivamente para esse discente, que necessita de um olhar mais atento.

### **Análise da aplicação e avaliação do produto educacional: segundo momento**

Diante do que se observou acerca das percepções dos participantes pela entrevista, elaborou-se o Guia Educacional: Contribuição para Formação Continuada dos Docentes da Educação Profissional Tecnológica (EPT)<sup>3</sup>, com setenta e oito páginas, que está dividido em duas partes. A primeira parte apresenta o guia e trata de cada instituição participante, IFRJ e IFF e a segunda parte traz contribuições para o trabalho com o discente com deficiência que estuda no curso técnico integrado ao Ensino Médio da RFEPT.

Destaca-se que, a fim de definir os parâmetros para a elaboração e avaliação do produto educacional, utilizou-se os parâmetros apresentados por Mendonça *et al.* (2022) para a elaboração do guia.

A aplicação e avaliação do protótipo do guia educacional foram realizadas, de forma remota, em 30 de novembro de 2023, e teve a duração de uma hora e trinta minutos. Participaram desse momento dez professores convidados, a saber: cinco professores que também participaram da entrevista na primeira etapa da pesquisa, dois professores que atuam no NAPNE-IFRJ e três professores que atuam no curso técnico integrado ao Ensino Médio. Todos os convidados receberam, previamente, o arquivo do protótipo do guia educacional para uma análise prévia.

Para a organização desse encontro virtual, dividiu-se em dois momentos: o primeiro momento foi à apresentação do protótipo do guia e o segundo momento foi uma roda de conversa para a avaliação do protótipo do produto educacional. Para melhor apresentação do protótipo do guia educacional, utilizou-se o programa *Flipbooks* do *Publuu*, um dispositivo que faz parte plataforma *Canva*, ferramenta gratuita de designer gráfico online, permitindo que o guia educacional seja folheado como na disposição de um livro físico.

Inicialmente, foi apresentada aos participantes a primeira parte do protótipo do guia composta por: seção sobre as instituições participantes (IFRJ e IFF) e o compromisso de cada uma com o ensino de qualidade, quais serviços oferecem a sociedade, o que é a modalidade educacional de EPT e a modalidade educacional de Educação Especial. Apresentou-se o NAPNE, suas ações e como contatar o NAPNE de todos os *campi* das instituições participantes.

---

<sup>3</sup> Guia Educacional: Contribuição para Formação Continuada dos Docentes da Educação Profissional Tecnológica (EPT): [https://drive.google.com/file/d/1mor8tK35wUOcu44F8rJj5kjsC8wiHm\\_8/view](https://drive.google.com/file/d/1mor8tK35wUOcu44F8rJj5kjsC8wiHm_8/view)

Foi apresentada, também, a seção sobre as peculiaridades do atendimento ao estudante incluso e a garantia à educação de qualidade a esses estudantes por meio da apresentação das leis e políticas públicas que garantem o acesso e permanência do estudante com deficiência para ser escolarizado na rede regular de ensino. Dando continuidade, mostrou-se a segunda parte do guia, direcionada ao professor e ao conhecimento pedagógico do estudante com deficiência atendido no curso técnico integrado ao Ensino Médio da RFEPT.

Ainda, mostrou-se aos participantes os aspectos das necessidades específicas de algumas deficiências apresentados na seção “Conheça mais sobre a necessidade específica do estudante”. Nessa seção, consta um *link* sobre algumas deficiências que os docentes encontram em suas práticas pedagógicas, como a surdo-cegueira, e um vídeo explicativo no Youtube sobre como trabalhar com essa deficiência em específico.

Destaca-se a importância de saber - conforme a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU) - sobre o uso correto do termo para chamar a pessoa com deficiência e suas respectivas nomenclaturas. Para contribuir com o fazer pedagógico do professor que atua na perspectiva inclusiva, o guia traz ferramentas gratuitas que podem auxiliar nas aulas com o estudante com deficiência. A experiência do professor com a inclusão tem suas características próprias e cada necessidade precisa de uma abordagem específica.

Nesse sentido, salienta-se que o guia educacional elaborado visa colaborar para a formação continuada em serviço do professor que trabalha com educação inclusiva, pois traz a real finalidade do Ensino Médio: formar para uma inserção social (Ramos, 2011, p. 772), auxiliando esse docente diante dos possíveis desafios, de forma que se sinta mais confiante ao implementar práticas inclusivas para o aluno incluso.

Após a apresentação de cada seção do Guia, informou-se aos participantes que o encontro seguiria para o segundo momento, avaliação do protótipo. Assim, foi realizada uma roda de conversa, para que os participantes pudessem ter a oportunidade de explanar suas impressões e avaliar o protótipo do produto educacional.

A roda de conversa seguiu um roteiro que balizou a avaliação a partir dos critérios de avaliação: conceitual; didático-pedagógico, comunicacional, e estético e

funcional (Mendonça *et al.*, 2022). Informou-se, também, que para orientar a avaliação do protótipo do guia seria seguido um critério de avaliação por vez.

No primeiro critério, Conceitual, ao serem perguntados: “Você avalia que o Guia Educacional apresentou a temática da relação EPT com as práticas inclusivas para a formação integral dos docentes atuantes nos Institutos Federais de forma satisfatória?”, todos os participantes pontuaram que o guia elaborado: 1) destaca a importância de definir as necessidades para atender de forma específica os estudantes; 2) explora os tipos de deficiências, ampliando o contexto explicativo, e qual a finalidade do uso de metodologias inclusivas, incluindo as tecnologias assistivas e 3) aponta a formação continuada como diferencial para as práticas inclusivas e o conhecimento acerca da importância na formação em serviço com contribuição no âmbito da Educação Especial.

Pode-se considerar, pela avaliação dos participantes, que o guia apresentou a Educação Especial no que se refere à EPT como intrínseca ao projeto de formação humana, inclusiva e integrada, de igual modo, possibilitadora de transformação, sendo primordial preservar os valores da Educação Inclusiva, que se inicia pela construção de um espaço acolhedor com práticas educativas que valorizem a subjetividade dos discentes (Monteiro; Plácido, 2020).

Assim, todos os mecanismos disponíveis para o atendimento humanizado ao discente especial devem ser mantidos e atualizados constantemente. Dessa forma, o atendimento promovido pelos núcleos de atendimento nas instituições de EPT poderá produzir resultados e melhor condição tanto para o professor quanto para o aluno. As falas dos avaliadores coadunam com as inquietações que Frigotto e Araújo (2018) consideram sobre a formação no sentido amplo:

Tais inquietações referem-se, entre outras, à concepção de mundo, ser humano, educação e trabalho, à questão das culturas institucionais relacionadas à nova institucionalidade e ao compromisso dos IFs com a formação profissional aliada à formação integral do ser humano (Frigotto; Araújo, 2018, p. 235).

Dessa forma, evidencia-se a importância de que seja disponibilizado aos docentes uma formação em serviço que garanta o desenvolvimento pautado na formação integral não só do estudante, mas também de todos os atores envolvidos no processo educacional.

No segundo critério, Didático-pedagógico, ao serem perguntados: “Você

acredita que os tópicos apresentados no Guia Educacional atendem a sua necessidade em trabalhar com o aluno incluso?”, todos participantes sinalizaram que o Guia é relevante em relação a uma abordagem mais instrutiva para contribuir com a formação continuada em serviço.

No entanto, consideraram que ainda se percebe resistência por parte de professores que não tiveram uma formação inicial em suas licenciaturas voltadas para a Educação Especial. Por isso, destacaram que o guia pode ser uma excelente ferramenta para suprir as lacunas existentes para ser um diferencial no exercício profissional da Educação Inclusiva e destacam a importância de compreender que a Educação Especial abrange os diversos níveis educacionais, não ficando restrito a um específico. Sob essa análise, os recursos pedagógicos, uma vez acessíveis aos docentes, são importantes para melhor aplicabilidade dos conceitos voltados para a Educação Especial. Conforme Silva (2022, p. 11),

[...] há uma necessidade de que a escola e o professor sejam capazes de se reinventar e construir estratégias capazes de favorecer a participação de todos os estudantes no processo de ensino-aprendizagem (Silva, 2022, p. 11).

Assim, a Educação Especial não está ligada apenas ao ato de ensinar, mas de tratar diretamente com um público que carece de uma atenção diferente dos demais alunos. Isso inclui a abordagem e metodologias de ensino, bem como os mecanismos educacionais disponíveis para a inclusão em sala de aula. Portanto, apresentamos as respostas dos professores participantes da segunda etapa da pesquisa (aplicação e avaliação do produto educacional) sobre como o conteúdo apresentado no guia contribui para sua prática pedagógica com o estudante incluso.

No terceiro critério, estético e funcional, ao serem perguntados: “Você avalia que a estrutura e diagramação do Guia Educacional são convidativas ao leitor? Explique.”, os participantes avaliaram que o guia tem uma estética agradável, a tipografia das letras é acessível e eficaz ao que se propõe. No entanto, orientaram para alguns ajustes na formatação e diagramação, a fim de uma melhor apresentação do produto educacional.

Essas considerações foram acatadas a partir de algumas reformulações no *layout* para que o Guia possa garantir o interesse dos professores também pela qualidade do recurso didático ofertado, assegurando conteúdos de interesse coletivo (Kuenzer, 2014, p. 315). Ferreira e Toman (2020) apontam para a ausência de

material didático que atenda as demandas dos professores sobre a temática. Portanto, o guia é uma possibilidade diante dos muitos percalços na Educação Inclusiva, bem como a dificuldade de se ter um aparato informativo disponível, que contribua para a formação continuada e melhor compreensão dos termos relacionados à Educação Inclusiva no cotidiano do docente atuante nesta modalidade de ensino.

No quarto critério, Comunicacional, ao serem perguntados: “Você acredita que Guia Educacional apresentado tem uma linguagem de fácil compreensão?”, todos os participantes apontaram que o guia é de fácil compreensão e comunicação com o leitor e tem relevância para a contribuir com a formação continuada em serviço. Salientaram que o guia comunica bem a ideia central da Educação Inclusiva, segundo as fontes teóricas utilizadas, sendo uma contribuição para os docentes que atuam com estudante com deficiência, sobretudo. Além disso, expressaram que o guia pode ser norteador para saber mais sobre a Educação Especial.

Podemos relacionar o que os participantes apontaram nesse critério com o pensamento defendido por Rocha (2017) sobre a escola não ser inclusiva pelo fato de possuir recursos estruturais somente. É fundamental que haja um conjunto de aparatos disponíveis para o docente, como o acesso a uma oferta de cursos de qualificação, recursos pedagógicos e metodológicos acessíveis aos alunos. Diante desse contexto, o guia proposto não é um recurso pedagógico apenas, mas carrega um cunho informativo que visa contribuir com a formação continuada em serviço dos professores atuantes com o estudante com deficiência na RFEPT.

Nessa etapa, os avaliadores puderam apreciar se o que contém no protótipo do guia educacional contribui com as práticas inclusivas dos professores que atuam no curso técnico integrado ao Ensino Médio da RFEPT. Os avaliadores destacaram que o guia pode ser aplicado aos professores atuantes em todas modalidades e níveis educacionais da EPT, não se restringindo apenas ao curso técnico integrado ao Ensino Médio, pois é um recurso pedagógico que se justifica por trazer o compartilhamento de saberes, abordagem teórica e dados institucionais importantes para uma formação profissional integral dos docentes da EPT. Para Rocha (2017, p. 11),

Para que as escolas atendam ao processo de inclusão, os alunos com necessidades educacionais especiais devem ser incluídos no ensino regular e o ensino precisa de uma revisão, a fim de atender as demanda individuais de cada aluno, independentemente de suas particularidades e diferenças, de modo a adequar e organizar o currículo e o Projeto Político Pedagógico da

instituição, contemplando a diversidade de sua comunidade escolar, formando um equilíbrio entre o desenvolvimento dos conteúdos previstos e a socialização de todos os envolvidos (Rocha, 2017, p. 11).

O roteiro da roda de conversa contemplou quatro perguntas que seguiam o critério conceitual, didático-pedagógico, estético e funcional e comunicacional, os quais serviram de base para a avaliação do protótipo do produto educacional. Porém, a quinta pergunta buscou coletar sugestões, opiniões e experiências dos avaliadores para serem inseridas no guia educacional, a fim de que o guia possa, cada vez mais, atender à demanda de práticas pedagógicas para o estudante com deficiência. A partir dessas contribuições, foi possível fazer as mudanças sugeridas e enviar ao diagramador para a finalização da versão final do Guia Educacional: Contribuição para Formação Continuada dos Docentes da Educação Profissional Tecnológica (EPT) que atuam na perspectiva inclusiva.

A análise do produto educacional, pelos avaliadores, destaca a relevância conceitual do guia para a comunidade escolar através de uma abordagem voltada para a contribuição da qualificação profissional dos docentes no âmbito da Educação Inclusiva. De acordo com as bases conceituais apresentadas, os avaliadores afirmaram que foi possível compreender a importância delas para o ensino dos conteúdos de cunho inclusivo ministrados na EPT e a importância da formação integral de todos dos servidores.

Pelo guia, procuramos evidenciar que a EPT visa não somente ter a presença do aluno com deficiência em sala de aula para cumprimento das políticas públicas, mas elevar as possibilidades de atenuar o impacto das suas dificuldades frente a limitações físicas ou cognitivas, promovendo a inclusão ao sentir-se inserido no ambiente escolar. Sobre essa análise, o objetivo não é receber o aluno e formá-lo apenas para desempenhar uma profissão específica, mas torná-lo conhecedor de novas tecnologias, desenvolver a sua capacidade crítica e reflexiva em relação ao saber adquirido, tendo plena consciência de como pode ser sua participação na sociedade.

Conforme analisado, sob o prisma das respostas dos avaliadores, buscou-se, com o guia, levar a compreensão descritiva sobre a realidade dos docentes que atuam na Educação Inclusiva. Nesse sentido, observou-se, por meio da fala dos avaliadores, que a maioria dos professores ainda carecem de novas abordagens e intervenções sobre o atendimento do estudante com deficiência. Explanaram, também, que os

docentes enfrentam algumas dificuldades em relação à inserção em sala de aula com alunos com deficiência. Nesse sentido, foi debatido sobre os desafios presentes no espaço escolar e as peculiaridades a serem observadas.

Para isso, como destacam Ferreira e Toman (2020), os educadores, de uma forma geral, precisam compreender como efetivar práticas inclusivas para esses estudantes no ambiente escolar. Uma possibilidade apresentada com a elaboração do guia é contribuir com e para a formação continuada em serviço em busca de uma Educação Especial de qualidade ao estudante incluso, que possa gerar valores e oferecer um ensino integral que atenda às necessidades sociais desses estudantes. Diante do exposto pelos avaliadores, o guia tem grande potencial ao apresentar caminhos, conteúdos, diretrizes, orientação conceitual de forma a auxiliar para um direcionamento das ações do docente diante de cada necessidade específica.

Dessa forma, o guia pode contribuir como um recurso cooperador com os profissionais da Educação Especial, pois mostrou que a discussão sobre a Educação Inclusiva é bastante ampla diante das diferentes necessidades específicas. Isso representa que o docente precisa, também, possuir meios qualificativos para aplicabilidade em sala de aula diante das específicas necessidades por meio de cursos, atualizações e debates sobre o tema. Também, atentou-se para a importância de ampliar as discussões nas esferas da Educação Inclusiva com o intuito de que os docentes, que desejam ingressar no campo de Educação Especial, possam ter acesso a diferentes tecnologias que auxiliem os discentes em sua relação com o conhecimento científico em sala de aula. Como Nóvoa (2019) destaca, os campos da pesquisa não se limitam ao espaço no ambiente escolar, mas são possibilidades de explorar os recursos hoje disponíveis.

Além desses debates no ambiente escolar, também, foi mencionado no momento da roda de conversa o papel do Estado de promover, de fato, melhores condições de acessibilidade aos discentes; promover políticas públicas para a formação integral permanente dos docentes; criar metodologias e materiais didáticos; expandir o maior número de unidades educacionais possíveis; fomentar maior oferta de cursos qualificativos para esta área do ensino voltado para inclusão de alunos com deficiência. Por fim, os avaliadores afirmaram que o guia traz contribuições importantes para o conhecimento de toda comunidade escolar, não só para os docentes que atuam na EPT da RFEPT, devido à relevância da temática, o

entendimento acerca das necessidades específicas dos alunos com deficiência, e a forma de enfrentamento para uma educação de qualidade.

### **Considerações finais**

A partir de reflexão crítica a respeito de como efetivar práticas inclusivas no contexto da EPT e no sentido de garantir a formação omnilateral do estudante com deficiência, com o Guia Educacional: Contribuição para Formação Continuada dos Docentes da Educação Profissional Tecnológica (EPT) atuantes na perspectiva inclusiva, buscou-se contribuir com a formação continuada em serviço, de modo que seja acessível a todos e não contemple somente um perfil teórico e sim pragmático, trazendo a realidade vivenciada em sala de aula pelos professores que trabalham na perspectiva inclusiva no EMI da RFEPT.

Nosso entendimento da formação continuada e permanente está baseado no processo de reflexão sobre as ações pedagógicas e em mudanças de atitude no contexto educacional. Assim, para contribuir com esse processo, o guia elaborado torna-se um recurso para o desenvolvimento de um profissional crítico e reflexivo sobre sua própria prática pedagógica, contribuindo para a construção de novos conhecimentos. Dessa forma, por meio da análise e interpretação de suas ações como educadores, os professores podem compreender melhor os eventos vivenciados no ambiente escolar.

O presente estudo contribuiu com a formação integral e transformação docente, por meio da valorização da formação continuada em serviço do professor que atua no curso técnico integrado ao Ensino Médio, levando-o a se sentir encorajado a efetivar práticas inclusivas por meio de um Guia Educacional que possa servir de referência para estudos posteriores e aos professores que atuam na Perspectiva Inclusiva da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT).

### **Referências**

ALMEIDA, A. G.; MONTINO, M. A. Dificuldades encontradas pelas professoras no processo de inclusão de alunos e alunas com deficiência. **Multidebates**, Palmas, v. 5, n. 1, p. 177-193, 2021. Disponível em: <https://revista.faculdadeitop.edu.br/index.php/revista/article/view/314>. Acesso em: 22 abr. 2025.

ANJOS, M. B.; RÔÇAS, G.; PEREIRA, M. V. Análise de livre interpretação como uma possibilidade de caminho metodológico. **Ensino, Saúde e Ambiente**, Niterói, v. 12, n. 3, p. 27-39, dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/view/29108/23080>. Acesso em: 18 abr. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 18 abr. 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: MEC, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 18 abr. 2025.

BRASIL. **Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação**. 2. ed. Brasília: INEP, 2019. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano\\_nacional\\_de\\_educacao/relatorio\\_do\\_segundo\\_ciclo\\_de\\_monitoramento\\_das\\_metas\\_do\\_pne\\_2018\\_2\\_edicao.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_segundo_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_pne_2018_2_edicao.pdf). Acesso em: 18 abr. 2025.

CANDAU, V. M. F. Formação Continuada de Professores: tendências Atuais. *In*: REALI, A. M. M. R.; MIZUKAMI, M. G. (org.). **Formação de professores: tendências atuais**. São Carlos: EDUSFSCar, 1996.

COSTA, C. L. C.; FIGUEIREDO, F. P. T.; BRAZIER, F. Formação de Professores para Interações com Tecnologia Assistiva: Saberes da experiência de trabalho de professores relacionados à Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL TRABALHOS, RELAÇÕES DE TRABALHO, EDUCAÇÃO E IDENTIDADE (SITRE), 9., 2012. **Anais [...]**. 2022. Disponível em: <https://site.appos.org.br/wp-content/uploads/2022/08/GT-31-Saberes-da-experiencia-de-trabalho-e-pesquisa-relacionados-a-educacao-esp.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2025.

CUTRIM, A. P. M.; LIMA, C. V. A. A inclusão escolar do deficiente auditivo no ensino regular: desafios e conquistas. *In*: JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, 8., 2017. **Anais [...]**. 2017. São Luiz: UFMA, 2017.

DELLA FONTE, S. S. Formação no e para o Trabalho. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, Vitória, v. 2, n. 2, 2018. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/383>. Acesso em: 18 abr. 2025.



<https://repositorio.unesp.br/entities/publication/0bf5a15f-d801-44a1-898f-188637d87669>. Acesso em: 18 abr. 2025.

MANTOAN, M. T. É. **Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer?** 1. Reim. São Paulo: Editora Summus, 2015.

MARTINS, J. A.; SILVA, R.; SACHINSKI, I. Educação Especial e Educação Inclusiva: Quem são estes sujeitos na sociedade? *In*: SIMPÓSIO DE PESQUISA E SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 8., 2020. v. 1, n. 5, p. 10-24, 2020. Disponível em: <https://sppaic.fae.emnuvens.com.br/sppaic/article/view/104>. Acesso em: 18 abr. 2025.

MENDONÇA, A. P. *et al.* O que contém e o que está contido em um Processo/Produto Educacional? Reflexões sobre um conjunto de ações demandadas para Programas de Pós-Graduação na Área de Ensino. **Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, Manaus, v. 8, e211422, 2022. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/2114/1115> Acesso em: 18 abr. 2025.

MIRANDA, W. S. **Tecnologias assistivas e o processo de ensino aprendizado de alunos com deficiência visual**. 2019. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Informática na Educação) - Instituto Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/1426>. Acesso em: 18 abr. 2025.

MONTEIRO, C. M. A.; PLÁCIDO, L. R. O Acolhimento nas Práticas Educacionais Inclusivas da EPT. **Educação em Foco**, [S. l.], v. 25, n. 3, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/32903>. Acesso em: 18 abr. 2025.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996. Disponível em: [https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/NEVESPesquisa\\_Qualitativa.pdf](https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/NEVESPesquisa_Qualitativa.pdf). Acesso em: 18 abr. 2025.

NÓVOA, A. **Formação de Professores e Profissão Docente**. 2. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992. p. 16-33. Disponível em: [https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/4758/1/FPPD\\_A\\_Novoa.pdf?msclkid=16943037c34611ec95030a904c77720](https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/4758/1/FPPD_A_Novoa.pdf?msclkid=16943037c34611ec95030a904c77720). Acesso em: 22 abr. 2025.

NÓVOA, A. Os Professores e a Sua Formação. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, e84910, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/DfM3JL685vPJryp4BSqyPZt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2025.

PLETSCH, M. D.; GLAT, R. A escolarização de alunos com deficiência intelectual: uma análise da aplicação do Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado. **Linhas críticas**, Brasília, v. 18, n. 35, p. 193-208, 2012. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3847>. Acesso em: 22 abr. 2025.

RAMOS, M. N. O currículo para o ensino médio em suas diferentes modalidades: concepções, propostas e problemas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 771-788, jul.-set. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NrgqwnZ4vG6DP8p5ZYGn4Sm/?format=pdf&lang=p>. Acesso em: 18 abr. 2025.

ROCHA, A. B. O. O papel do professor na educação inclusiva. **Ensaio Pedagógico**, [S. l.], v. 7, n. 2, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n14/n14-artigo-1-O-PAPEL-DO-PROFESSOR-NA-EDUCACAO-INCLUSIVA.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2025.

SASSAKI, R. K. **As sete dimensões da acessibilidade**. São Paulo: Lavratus Prodeo, 2020.

SCHREIBER, D. V. F. A. **As orientações curriculares para o trabalho pedagógico com estudantes com deficiência mental/ intelectual (1979/2013)**. 2019. 222 f. Tese (Doutorado em Educação e Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/22846/2/Dayana%20Val%c3%a9ria%20Folster%20Antonio%20Schreiber.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2025.

SILVA, D. N. **Ensino de física inclusivo e a EPT: um estudo no contexto das tecnologias assistivas**. 2022. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Docência para Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Cabedelo, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/bitstream/177683/2427/1/DJAELSON%20DO%20NAS%20CIMENTO%20SILVA.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2025.

**Recebido: 20/10/2024**

**Aprovado: 07/05/2025**

**Publicado: 11/06/2025**

**Como citar (ABNT):** MENDES, M. F. A.; RIBEIRO, M. S. Educação Inclusiva na Educação Profissional Tecnológica: uma proposta de produto educacional para a formação de professores.

**Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, Manaus, v. 11, e250125, 2025.

**Contribuição de autoria:**

Marta Ferreira Abdala Mendes: Conceituação, investigação, administração de projeto, validação, supervisão, recursos, visualização, escrita (revisão e edição).

Maryluci da Silva Ribeiro: Conceituação, análise formal, investigação, metodologia, administração de projeto, visualização e escrita (rascunho original).

**Editor responsável:** Iandra Maria Weirich da Silva Coelho

**Direito autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

